

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIENCIAS ECONOMICAS

AMANDA SANTANA RODRIGUES

UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DOURADOS/MS

2024

AMANDA SANTANA RODRIGUES

**UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Projeto de pesquisa apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Maria de Aquino

DOURADOS/MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R696a Rodrigues, Amanda Santana
UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [recurso eletrônico] / Amanda Santana Rodrigues. --
Arquivo em formato

Orientadora: Juliana Maria de Aquino.
TCC (Graduação em Ciências Econômicas) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

I. Insegurança alimentar. 2. Mato Grosso do Sul. 3. Disparidades socioeconômicas. I. Aquino,
Juliana Maria De. II.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II - SEMESTRE LETIVO 2024.1

UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA INSEGURANÇA
ALIMENTAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Amanda Santana Rodrigues

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof.ª Dra. Juliana Maria de Aquino
(Presidente)

Prof.ª Dra. Roselaine Bonfim de Almeida
(Avaliador 1)

Prof. Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira
(Avaliador 2)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

Primeiramente, toda honra e glória ao Senhor que até aqui tem me sustentado, guiando cada passo e fortalecendo minha fé.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Juliana, pela sua gentileza, paciência e por compartilhar generosamente seus vastos conhecimentos, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Assim como à banca examinadora, cujos conhecimentos contribuíram de forma significativa para a qualidade e o aprimoramento deste trabalho.

Aos meus amados pais, cujo apoio incondicional e sacrifícios tornaram possível a minha jornada acadêmica. Vocês são minha fonte de inspiração e motivação diária.

À minha querida avó Maria e meus amados irmãos Ueliton e Willian (*in memoriam*), que sempre foram minha força e meu porto seguro. Suas memórias continuam a me inspirar e me encorajar.

À minha melhor amiga Luana e meu irmão Wilson, que estiveram ao meu lado mesmo à distância, oferecendo apoio, incentivo e compreensão ao longo de toda essa trajetória.

Aos meus queridos amigos e colegas de curso, Júlio, Milene e Vinícius, cuja presença tornou cada desafio mais leve e cada conquista mais significativa.

A todos os professores que de alguma forma contribuíram para este trabalho, o meu profundo agradecimento.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo explorar a insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul, examinando as disparidades entre áreas urbanas e rurais, além das diferenças entre diversos grupos socioeconômicos e demográficos. Através da coleta de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE (2017-2018), foi identificado através de uma pesquisa descritiva que a insegurança alimentar afeta significativamente as famílias urbanas, especialmente aquelas chefiadas por jovens, mulheres sem instrução formal, trabalhadores domésticos e famílias monoparentais com crianças. Além dos impactos na saúde e na nutrição, a insegurança alimentar está associada a uma percepção negativa da qualidade de vida e a limitações no acesso a serviços essenciais. Esses achados destacam a severa disparidade na incidência de insegurança alimentar entre áreas urbanas e rurais de Mato Grosso do Sul, assim como as complexas inter-relações entre raça, renda, nível educacional e insegurança alimentar no estado.

Palavras- chave: Insegurança alimentar; Mato Grosso do Sul; Disparidades socioeconômicas.

ABSTRACT

This study aims to explore food insecurity in Mato Grosso do Sul, examining disparities between urban and rural areas, as well as differences among various socioeconomic and demographic groups. Using data from the Household Budget Survey (POF) conducted by IBGE (2017-2018), a descriptive study identified that food insecurity significantly affects urban families, especially those headed by young individuals, women with no formal education, domestic workers, and single-parent families with children. In addition to impacting health and nutrition, food insecurity is associated with a negative perception of quality of life and limitations in access to essential services. These findings highlight severe disparities in the incidence of food insecurity between urban and rural areas of Mato Grosso do Sul, as well as the complex interrelations among race, income, educational level, and food insecurity in the state.

Key words: Food insecurity; Mato Grosso do Sul; Socioeconomic disparities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com o nível de instrução do chefe da família no estado de MS.....	23
Tabela 2 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com ocupação da pessoa no estado de MS.....	24
Tabela 3 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com composição familiar da pessoa no estado de MS.....	25
Tabela 4 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com o décimo de renda com base nos decis da renda disponível familiar per capita no estado	26
Tabela 5 - Dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês, de acordo com a situação de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) ou Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) das famílias no Estado de MS.....	28
Tabela 6 - Avaliação do padrão de vida das famílias, de acordo com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar no de MS.....	29
Tabela 7 - Avaliação das condições de moradia das famílias, de acordo com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar no MS.....	30
Tabela 8 - Avaliação das condições domiciliares das famílias	31
Tabela 9 - Avaliação da condição econômica das famílias, de acordo com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar no MS.....	32
Tabela 10 - Avaliação da condição alimentar das famílias com Insegurança Alimentar no MS	34
Tabela 11 - Condição de domicílio das famílias com insegurança alimentar em MS.....	35
Tabela 12 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com a faixa etária do chefe da família no MS.....	36
Tabela 13 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com a cor ou raça do chefe da família no Estado de MS	36
Tabela 14 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com o sexo do chefe da família no Estado de MS.....	37
Tabela 15 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com o nível de instrução do chefe da família no Estado de MS.....	37
Tabela 16 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com a ocupação do chefe da família no Estado de MS.....	38
Tabela 17 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com a composição família no Estado de MS.....	39
Tabela 18 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com os decis da renda familiar per capita no Estado de MS.....	40

Sumário

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	12
1.2	OBJETIVOS	13
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1	INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	13
2.2	INSEGURANÇA ALIMENTAR NA LITERATURA	14
3	METODOLOGIA	18
4	RESULTADOS.....	20
4.1	INCIDÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	20
4.2	CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CONSIDERANDO A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA OU INSEGURANÇA ALIMENTAR	26
4.3	CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	35
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional é uma consequência de múltiplos fatores, entre eles pode-se citar a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas (Hirai; Anjos, 2007). Quase 924 milhões de pessoas no mundo (11,7% da população global) enfrentam insegurança alimentar em níveis graves em 2021, um aumento de 207 milhões em dois anos (UNICEF, 2022). Se não forem tomadas medidas, a previsão é que este número chegue a dois bilhões de pessoas em 2050 (Fao, 2022).

Segundo as projeções do relatório da FAO de 2021, cerca de 670 milhões de pessoas (8% da população mundial) ainda enfrentarão a fome em 2030. Cabe destacar que dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foram estabelecidas três metas que têm como objetivo direto abordar as causas e consequências da insegurança alimentar globalmente: acabar com a fome mundial, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição global – para implementação até 2030.

De acordo com o relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2019", da FAO, estima-se que um total de 2 bilhões de pessoas no mundo tenham algum nível de insegurança alimentar. No Brasil, a prevalência de insegurança alimentar grave aumentou de 3,9 milhões entre 2014 e 2016 para 15,4 milhões entre 2019 e 2021. Com base nesses dados comprova-se que a insegurança alimentar, não somente afeta uma determinada população ou um grupo social específico, mas é um problema global (Kravuttschke, 2022).

Nos últimos anos, outros fatores desviaram o foco global da erradicação da fome e a validação desses objetivos, como as crises econômicas e efeitos da pandemia do COVID – 19, gerando um aumento no cenário de insegurança alimentar e atingindo níveis preocupantes de insegurança alimentar (Fao, 2021).

No Brasil, quase três em cada dez brasileiros não têm garantia de comida. Entre eles, 15,4 milhões passam fome, segundo as Nações Unidas para Alimentação (Welle, 2022). No ápice da crise emergencial da COVID – 19, o país atingiu o maior patamar de brasileiros em níveis de fome e desnutrição, mesmo com auxílios emergenciais. Segundo a Sociedade Brasileira de Bioética – SBB (2022), 59,3% dos brasileiros, ou seja, 125,6 milhões de pessoas, não tiveram acesso a refeições em quantidade e qualidade ideais desde o início da pandemia, em 2020.

Considerando que, além do alto nível de pessoas que convivem com a fome, o problema se agravou após a pandemia, com a queda na renda familiar e o aumento no custo de vida. Mais pessoas se encontraram em algum grau na escala de insegurança alimentar, sendo as famílias com renda inferior a um salário mínimo as principais sujeitas à insegurança (Penssan, 2022).

O Estado assegura à sociedade, embora de forma precária, acesso à educação e saúde, mas o acesso à alimentação depende do poder aquisitivo de cada indivíduo presente na sociedade, retratando então o direito à alimentação como uma dialética social das diferenças entre as classes, apontando uma falha na má distribuição de renda que resulta em desigualdade (Jesus, Hoffmann, 2023).

Subsequente a essa desigualdade, os dados da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) revelam que 47,3 milhões de brasileiros terminaram o ano de 2021 na pobreza, o equivalente a 22,3% da população total, sendo 19 milhões de crianças e adolescentes (de zero a dezessete anos). Este cenário levou a um aumento na evasão escolar. A relação entre a escolaridade e o nível de insegurança alimentar é forte, como notado na implementação do extinto programa social “Bolsa Família”, programa de transferência de renda condicionada, em que foi possível perceber uma relação direta entre quantidade de famílias beneficiadas e diminuição da evasão escolar (Alvim, 2021).

Para Abrandh (2013), os fatores que determinam a situação alimentar de uma população apresentam naturezas distintas, entre as quais a econômica, a psicossocial, a ética, a política e a cultural. Com isso, o cenário de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se torna um objetivo fundamental do Direito Humano à Alimentação adequada e da Soberania Alimentar. Nesse sentido, quando esses direitos são violados ocorre a situação de insegurança alimentar (Rangel, 2019).

Conclui-se, portanto, que o cenário de insegurança alimentar em 2022 não apenas resulta das condições da região, questões climáticas e desemprego, mas também da pandemia do COVID – 19, a qual não afetou apenas a saúde, mas impactou diretamente uma crise econômica, intensificando o quadro de insegurança alimentar. Famílias que já viviam em uma situação de vulnerabilidade, viram sua situação se tornar mais precária com a pandemia, com 58,7 milhões da população convivendo com a situação de insegurança alimentar. Com a medida de isolamento social, as famílias viram o desemprego e o preço dos alimentos aumentarem cada vez mais (Pinheiro et al, 2022).

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

De acordo com dados do “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID - 19 no Brasil”, realizado pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), Mato Grosso do Sul é o estado da região Centro-Oeste com o maior número de domicílios com algum grau de insegurança alimentar. No Estado, 65% das residências se encontram sem acesso a alimentos suficientes (Torrado , 2022).

Conforme os dados, com relação aos casos graves, o estado de Mato Grosso do Sul é o maior em estado de insegurança alimentar do centro-oeste, ficando em décima primeira posição em escala nacional. Com 9,4 % da população vivendo em situação de insegurança alimentar grave, sem acesso a quantidade suficiente de alimentos para sobrevivência, os demais em estado de insegurança alimentar leve (35%) e moderada 20,5). No levantamento, verificou-se a influência na atividade exercida pelos chefes de famílias, a escolaridade e a quantidade de crianças nas residências (Godoy, 2022).

A edição de 2021 da FAO detalha ainda mais a situação e separa os níveis de insegurança alimentar em quatro categorias – moderada, grave, crônica e aguda. Segundo a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar - EBIA (2022), avaliação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estado de Mato Grosso do Sul, apenas 35% dos domicílios estão na faixa de segurança alimentar.

Dessa forma, segundo a escala que identifica os níveis de insegurança alimentar, a experiência individual ou familiar com a Insegurança Alimentar e Nutricional - INSAN é utilizada nos Serviços de Atenção Básica de Saúde – OBHA e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), apontando um impacto na saúde da população, um cenário de má nutrição, sendo necessário levar em consideração a necessidade do Estado em assegurar políticas públicas voltadas a população geral (OBHA, 2020).

Considerando os poucos estudos no estado do Mato Grosso do Sul a respeito dos determinantes da insegurança alimentar, surge a necessidade de pesquisar sobre a população sul- mato-grossense, que vive em um cenário de insegurança alimentar. O presente estudo busca analisar quais as características dos indivíduos do estado de Mato Grosso do Sul que se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo é explorar as características dos indivíduos do estado de Mato Grosso do Sul que se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Os fatores que levam à insegurança alimentar;
- O perfil socioeconômico da população que se encontra em algum estágio de insegurança

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada em duas seções, além desta introdução, que explora o problema e sua importância, os objetivos e a estrutura do trabalho. A segunda seção apresenta a revisão da literatura sobre o tema, e destaca as definições dos termos de insegurança alimentar. Na terceira seção é apresentada a metodologia, com destaque para a área de estudo, o tipo de pesquisa, os métodos analisados, a fonte de dados e as variáveis a serem analisadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica concentra-se nos fatos empíricos da literatura, subdividindo-se em: caracterização do fenômeno da insegurança alimentar, estudos empíricos sobre o tema, e os efeitos da inflação sobre os alimentos.

2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com a FAO (2023), a insegurança alimentar acontece quando as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência. Como define a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizada para medir a insegurança alimentar em nível domiciliar, o fenômeno pode ser dividido em quatro níveis:

- Segurança alimentar, nos quais os residentes da residência têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;
- Insegurança alimentar leve, em que os indivíduos apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade como adequada;

- Insegurança alimentar moderada, os residentes apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos, há restrição na quantidade de alimentos entre os adultos
- Insegurança alimentar grave, caracterizada pela quebra do padrão usual da alimentação, com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família.

Segundo o *World Food and Agriculture* (Fao, 2021), o Brasil em 2021 se posicionou como o terceiro maior produtor de alimentos do planeta. Sendo os pequenos agricultores responsáveis por cerca de um terço dos alimentos do mundo. Com cerca de 12% de terras agrícolas e produzindo 35% dos alimentos do mundo. Ainda segundo a FAO, há quatro dimensões que podem gerar a insegurança alimentar:

- Estabilidade: a primeira dimensão trata da disponibilidade de alimentos suficiente, ou seja, a capacidade geral do sistema agrícola de atender à demanda de alimentos.
- Instabilidade: a segunda dimensão se refere à possibilidade de haver risco de perda temporária ou permanente de acesso aos recursos necessários para a alimentação;
- Acesso: a terceira dimensão se refere à distribuição de recursos e direitos para a aquisição adequada de alimentos para uma dieta nutritiva.
- Utilização: a quarta dimensão abrange os aspectos de segurança alimentar e qualidade da nutrição.

2.2 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA LITERATURA

O estudo de Tomaz (2017) explorou os determinantes da Insegurança Alimentar (IA) nos domicílios brasileiros, entre os anos de 2004 e 2013, utilizando os Suplementos de Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD. Os dados têm como principal indicador a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Entre seus resultados, observou-se que, em 2004, os 10% mais ricos da população brasileira se apropriavam de mais de 45% de toda riqueza produzida, já os 10% mais pobres se apropriavam de apenas 0,86%. No período posterior, em 2013, pessoas com poucos recursos passaram a se apropriar de 0,96%, verificando-se um maior nível educacional e acesso a infraestrutura básica, que estão alinhados à redução da probabilidade de insegurança alimentar nos domicílios.

Buscando realizar uma análise regional do perfil dos indivíduos que moram em domicílios com *Insegurança Alimentar Forte* – (IAF) nas regiões brasileiras, Pontes et al (2018) realizaram uma pesquisa utilizando informações retiradas da PNAD de 2013 referentes

à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os autores identificaram que houve uma queda no percentual de pessoas que se enquadravam em situação de Insegurança Alimentar Forte no país, passando de 18% em 2004 para 9% em 2013.

Os autores constataram ainda que as chances de ter algum tipo de restrição alimentar são maiores para indivíduos com baixa escolaridade, renda abaixo de dois salários-mínimos e que trabalham de modo informal. Para a questão familiar, entende-se que casal com filhos possuem menor chance e mãe com filhos têm maior chance de ter IAF.

Bezerra et al (2020) buscaram analisar em seu estudo a distribuição espaço temporal da prevalência da *Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)* nas Unidades da Federação (UF) do Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. O estudo, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o período de 2004, 2009 e 2013, e dados do Atlas Brasil (2010), constatou que, para 2004, foram sete estados brasileiros com prevalência de 54% de algum grau de IAN, e, em 2009 e 2013, apenas dois estados permaneceram nessa condição (Piauí e Maranhão).

A pesquisa concluiu que houve uma diminuição da prevalência da insegurança alimentar nos anos analisados, e faz a distinção entre territórios com maiores prevalências de IAN: há menor prevalência e menor vulnerabilidade nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

O estudo de Araújo et al. (2020) investiga a relação entre as condições de vida das famílias brasileiras e a incidência de insegurança alimentar, utilizando dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (2008-2009) do IBGE em áreas urbanas e rurais. Os pesquisadores observaram um aumento significativo na inflação entre 2020 e 2021, com destaque para o aumento de aproximadamente 19% nos preços industriais em 2020. Os resultados indicam que o aumento dos preços tem influência substancial, concluindo que a escassez alimentar não está apenas ligada à disponibilidade de alimentos, mas também ao desperdício, dado o excesso de produção em relação ao consumo.

Barbosa e Nascimento (2021) realizaram uma análise dos fatores sociodemográficos e nutricionais determinantes da IAN, em crianças e adolescentes no Brasil. Foram realizados estudos epidemiológicos do tipo transversal, em um período de seis anos, com foco na população de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Entre seus resultados, observou-se alta prevalência de IAN, com distribuição equivalente entre sexos. Nos domicílios chefiados por mulheres, há maior prevalência de IAN grave, até 78% maior. Para a condição de IAN leve, a chance de alcançar segurança alimentar é menor para aqueles que residem no Norte e no Nordeste, isso devido ao relativo isolamento geográfico das regiões.

De modo geral, a presença da IAN se mostrou alta, sendo maior entre crianças que frequentavam ensino público, além de evidenciar que a vulnerabilidade social e a IAN foram maiores nas classes econômicas mais baixas e que recebiam algum tipo de auxílio, como o Programa de Bolsa Família (PBF). Famílias chefiadas por mulheres também são colocadas com maior probabilidade de chance de IAN, visto a desigualdade na situação feminina no mercado de trabalho.

Ainda em relação à situação brasileira em termos de vulnerabilidade alimentar, o estudo de Hoffman (2021) busca analisar a segurança alimentar no Brasil, e sua evolução de 2004 a 2017-2018, assim como fazer uma comparação com a variação da pobreza no mesmo período. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2004, 2009 e 2013, e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, o autor observa que a proporção de domicílios com segurança alimentar cresceu de 65,1%, em 2004, para 77,4%, em 2013, mas caiu, para 63,3%, em 2017-2018. O estudo classifica cada domicílio em quatro categorias: com segurança alimentar ou com insegurança leve, moderada ou grave.

A análise de correlação mostrou que todas as medidas de insegurança alimentar são fortemente correlacionadas às medidas de pobreza: as correlações são maiores do que 0,9. O autor também utiliza estimativas de um modelo logístico para identificar outros determinantes da Insegurança Alimentar, ao analisar como diversas variáveis afetam a probabilidade de um domicílio apresentar determinado tipo de insegurança alimentar.

Dentre os principais resultados, Hoffman (2021) mostra que o crescimento da renda e da escolaridade são os meios básicos de reduzir a insegurança alimentar. Com relação às regiões do Brasil, em comparação com o Nordeste, observou-se que a insegurança alimentar tende a ser maior no Norte e no Distrito Federal, e tende a ser menor nas demais regiões, especialmente no Sul. Além disso, em área rural reduz a probabilidade de um domicílio ter insegurança alimentar.

Com relação aos estudos que abordam a questão da insegurança alimentar especificamente no estado de *Mato Grosso do Sul*, *Fávaro et al (2007)* buscaram em seu estudo analisar a questão da insegurança alimentar em famílias indígenas em Mato Grosso do Sul, por meio da escala proposta por Radimer et al, um instrumento composto por perguntas que possibilitam a avaliação da segurança alimentar intrafamiliar por meio da percepção do entrevistado, que visava verificar de que maneira a insegurança alimentar atinge os diversos integrantes de uma mesma família.

Para a pesquisa, foi realizado um estudo transversal descritivo em um determinado período em um ano, na qual envolvia famílias residentes nas oito aldeias localizadas na região

de Terena. A escala adaptada composta por 15 perguntas resultou na classificação em quatro níveis: “0” para segurança alimentar, “1-5” em insegurança alimentar leve, “6-10” insegurança alimentar moderada e “11-15” insegurança alimentar grave.

Destaca-se, dentro da condição socioeconômica dos entrevistados, no decorrer de abril a dezembro de 2004, período no qual o salário-mínimo era no valor de R\$260, a renda mensal *per capita* das famílias, a qual foi de R\$62,44 (sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), com desvio padrão de R\$83,53. Quanto à escolaridade, das 49 famílias que participaram da pesquisa, 59,2% (29) das mulheres entrevistadas declararam possuir até três anos de escolaridade. A média do número de filhos também foi analisada, resultando em uma média de 3,9 filhos e desvio padrão de 2,6 filhos.

Sobre a insegurança alimentar, as situações mais graves foram associadas às famílias com menor renda per capita, menor escolaridade materna e maior densidade familiar. De uma maneira geral, o consumo alimentar se mostrou comprometido para grande parte das crianças.

Fietz, Salay e Watanabe (2010) realizaram uma pesquisa sobre as condições socioeconômicas, demográficas e o estado nutricional de adultos e idosos, residentes em um assentamento rural do estado de Mato Grosso do Sul. Foram selecionadas 117 famílias para uma avaliação das condições sociodemográficas (aspectos da infraestrutura do Assentamento rural) e para a análise do estado nutricional (aspectos de cada indivíduo, como peso e altura).

Os resultados obtidos mostraram que a maior parte das pessoas que participaram da entrevista era casada, apresentando em média 43 anos e 5,2 anos de estudos. O rendimento médio mensal, em 2004, foi de R\$354,70. Observou-se também que os homens trabalhavam em áreas agrícolas e em atividades mais “pesadas”, e as mulheres estavam mais relacionadas ao preparo das refeições e cuidados com a casa. Apenas oito mulheres relataram trabalhar fora do domicílio. Em relação à saúde, 48% dos indivíduos foram considerados eutróficos, ou seja, apresentavam boas condições de nutrição, e quase 37% apresentavam sobrepeso.

Constatou-se que as condições de moradia no Assentamento Itamarati eram adequadas, em atenção a construção de moradias com a liberação de recursos financeiros por órgãos governamentais. Embora, os impasses relacionados às condições socioeconômicas e demográficas dos assentados identifiquem problemas, as condições dos moradores do Assentamento Itamarati podem ser consideradas melhor do que aquelas observadas em outros assentamentos rurais do Brasil.

Oliveira (2010) buscou investigar o consumo de alimentos e a segurança alimentar e nutricional nos territórios do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de Mato Grosso do Sul. A pesquisa, por meio de um modelo teórico em que sete

hipóteses foram testadas, com o uso de modelagem de equações estruturais, identificou que as variáveis socioeconômicas (renda familiar per capita e escolaridade) explicam 44% dos hábitos de consumo dos alimentos e 36% da insegurança alimentar nos territórios.

Os estudos revisados proporcionam uma visão sobre a insegurança alimentar, particularmente no Estado de Mato Grosso do Sul, abordando diferentes perspectivas e grupos populacionais. Os resultados destacam a complexidade e as variáveis determinantes associadas à insegurança alimentar, incluindo aspectos socioeconômicos, demográficos e regionais.

Observou-se que, ao longo dos anos analisados, houve uma diminuição geral na prevalência da insegurança alimentar em várias regiões do Brasil, embora desafios persistentes tenham sido identificados, especialmente em áreas rurais e entre grupos vulneráveis como mulheres chefes de família, crianças e idosos. A escolaridade e o nível de renda foram consistentemente apontados como fatores chave na mitigação da insegurança alimentar, destacando a importância de políticas públicas focadas em educação e desenvolvimento econômico.

Além disso, as pesquisas sublinham a necessidade de abordagens específicas e adaptadas às realidades locais, como demonstrado nos estudos focados em comunidades indígenas e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. Essas investigações não apenas quantificam a prevalência da insegurança alimentar, mas também identificam seus determinantes e sugerem intervenções para melhorar a segurança alimentar e nutricional das populações estudadas.

3 METODOLOGIA

Esta seção visa evidenciar os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desta monografia, dividindo – se em: a área de estudo; o tipo de pesquisa e métodos de análise.

Esse estudo irá se basear em um procedimento descritivo para a população de Mato Grosso do Sul, para identificar o perfil das famílias em estado de vulnerabilidade alimentar.

Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo caracterizar os fenômenos de forma detalhada e específica, de maneira que os dados são coletados de forma padronizada, enquadrando-se as características de um determinado grupo.

Para Andrade (2007) a pesquisa descritiva é a forma de averiguar os fatos sem que o pesquisador precise interferir, não havendo manipulação de dados ao tratar de fenômenos físicos e humanos.

Como colocado, a análise sobre a insegurança alimentar irá focar no estado de Mato Grosso do Sul (MS), localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil. Com uma população estimada em 2.757.013 pessoas e uma área territorial de 357.142,082 km², o Estado tem um IDH concentrado em 0,742 e conta com 79 municípios.

A fonte de dados utilizada neste estudo será a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) dos anos de 2017-2018, elaborada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). A finalidade da POF é avaliar as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, de maneira em que seja possível traçar um perfil de análise das condições de vida da população por meio de seus orçamentos domésticos. Os dados obtidos são utilizados para gerar informações sobre as estruturas orçamentárias familiares, atualizando estruturas de ponderação dos índices de preço ao consumidor.

Além das informações orçamentárias, apropria-se também de dados que caracterizam os domicílios e pessoas das famílias, tendo como público-alvo moradias particulares e seus residentes, em áreas situadas como urbana e rural.

Com relação aos métodos de análise, serão trabalhadas estimativas de médias, proporções e desvio padrão das variáveis de interesse. A média, que consiste em um estimador pontual, é um indicador utilizado para caracterizar um “meio termo” de um conjunto de dados. Seu cálculo é definido pela soma dos elementos divididas pelo número de observações no conjunto de dados:

$$\bar{x} = \sum \frac{Y_i}{n}$$

A proporção, outro estimador pontual, é definido pela somatória da frequência de elementos na amostra que apresentam a característica de interesse, dividido pelo total de elementos da amostra:

$$\hat{p} = \sum \frac{F_i}{n}$$

4 RESULTADOS

Apresenta-se, a seguir, a análise dos resultados para a amostra de 1754 famílias do estado do Mato Grosso do Sul (MS). Em relação à Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), foram identificadas 624 famílias vivendo com algum grau de IAN. Especificamente, 448 famílias apresentam IAN leve, 110 famílias têm IAN moderada e 66 famílias estão em situação de IAN grave.

4.1- INCIDÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a incidência de IAN no MS, de acordo com o local de residência. Os dados evidenciam uma maior incidência de IAN, em todos os seus níveis, na área urbana. Ao se considerar todas as famílias do MS que residem na área urbana, observa-se que 37,66% delas apresentam IAN, 26,60% apresentam IAN LEVE, 6,71% apresentam IAN MOD e 4,35% apresentam IAN GRAVE. Para as famílias que residem em áreas rurais, observa-se consistentemente taxas de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) inferiores em comparação com áreas urbanas: 28,46% delas apresentam IAN, sendo 21,90% com IAN leve, 4,79% com IAN moderada, e 1,76% com IAN grave.

Essa disparidade pode ser atribuída a diversas causas específicas do contexto rural, como a dependência das atividades agrícolas como principal fonte de renda pode contribuir para uma maior estabilidade no acesso aos alimentos produzidos localmente, reduzindo a vulnerabilidade à insegurança alimentar. Outro fator importante é o acesso potencialmente mais fácil a recursos naturais, como terras para cultivo e água para irrigação, que são essenciais para a produção de alimentos. Esse acesso pode ajudar a garantir uma dieta mais diversificada e nutritiva, essencial para a segurança alimentar.

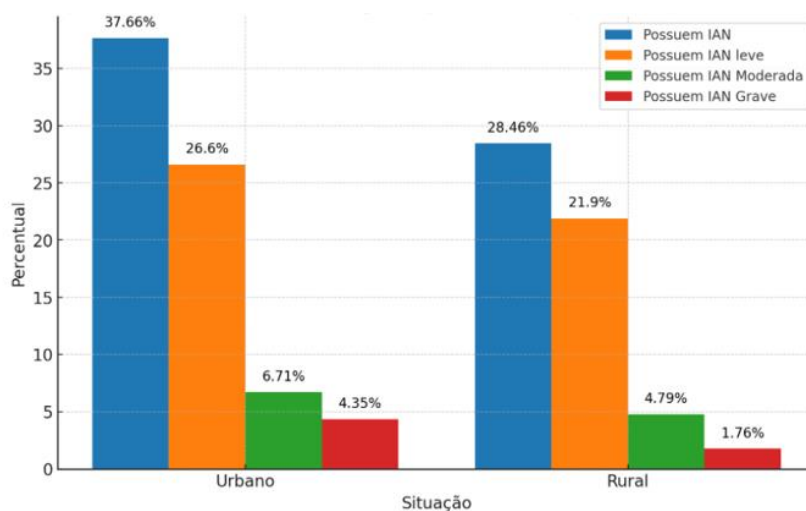


Gráfico 1 – Proporção de famílias com IAN por situação de domicílio e grau de insegurança alimentar

Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 2 apresenta a incidência de IAN, de acordo com a faixa etária do chefe da família. No estado de Mato Grosso do Sul, a análise detalhada da proporção de famílias enfrentando insegurança alimentar revela padrões distintos conforme a faixa etária do chefe de família. Os dados mostram que as famílias lideradas por indivíduos mais jovens (até 24 anos)

enfrentam a maior incidência de insegurança alimentar, com uma proporção significativa de 39,34%. Embora a insegurança grave seja menor nessa faixa etária (3,80%), os níveis de insegurança leve (29,11%) e moderada (6,33%) são notáveis, refletindo desafios econômicos e sociais enfrentados por jovens chefes de família.

À medida que a faixa etária dos chefes de família aumenta para 25 a 49 anos, a proporção de famílias com insegurança alimentar se mantém elevada, atingindo 37,63%. Nesta faixa, os níveis de insegurança leve (28,28%), moderada (6,16%) e grave (3,19%) indicam uma persistência dos desafios econômicos apesar da idade mais produtiva e da possibilidade de estabilidade profissional.

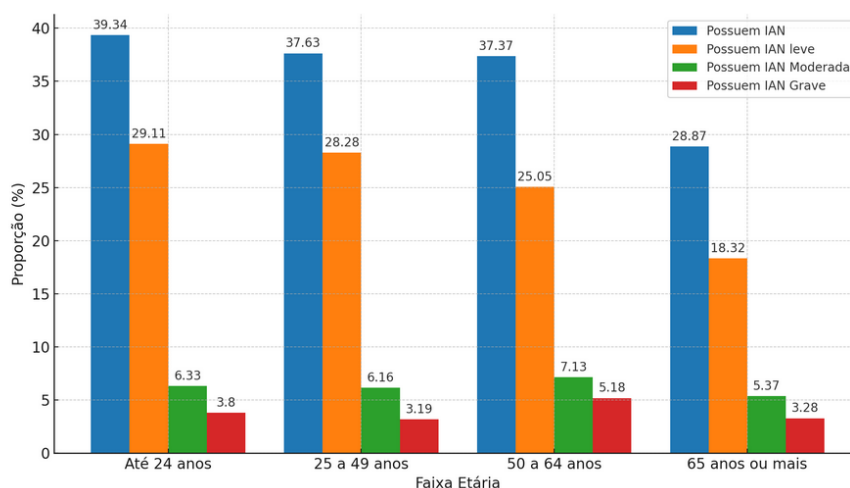


GRÁFICO 2 – Proporção de famílias com IAN por categoria de idade e grau de insegurança alimentar

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 3 apresenta a incidência de IAN em MS, de acordo com a cor ou raça do chefe da família. A maior incidência de insegurança alimentar geral é observada entre os pretos e pardos (39,29%), seguido por outros (32,69%) e brancos (30,40%). A insegurança alimentar grave é mais prevalente entre outros (9,62%), seguido por pretos e pardos (4,56%) e brancos (2,16%). Brancos apresentam a menor proporção de insegurança alimentar grave.

Os dados sugerem disparidades significativas na insegurança alimentar entre os diferentes grupos étnicos no estado de Mato Grosso do Sul. Pretos e pardos tendem a apresentar maiores taxas de insegurança alimentar, especialmente em níveis mais elevados, enquanto brancos tendem a ter taxas relativamente menos, embora ainda significativas.

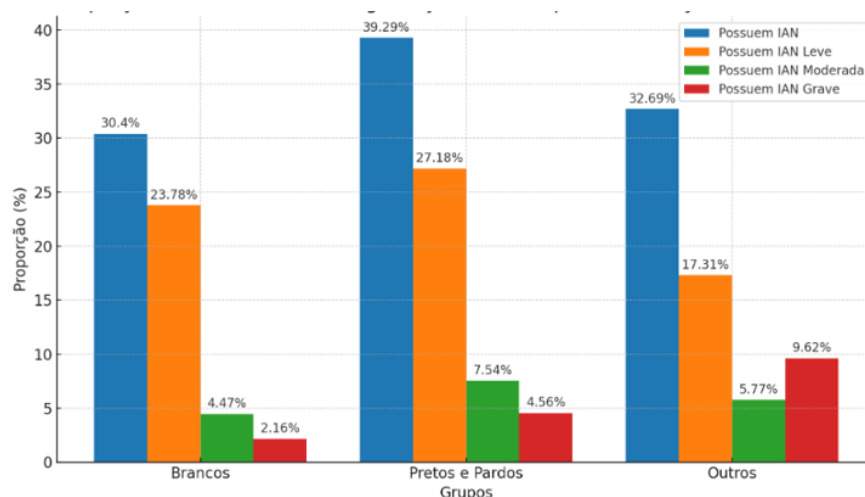


Gráfico 3 – Proporção de famílias com IAN por cor/raça e grau de insegurança alimentar

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 4 apresenta a incidência de IAN no estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o sexo do chefe da família. Quando analisadas as famílias que têm homens como chefes, observa-se que 32% dessas famílias têm insegurança alimentar geral, 23% têm IAN LEVE, 5% têm IAN MOD e 3,5% têm IAN GRAVE.

As famílias chefiadas por mulheres enfrentam uma maior incidência de IAN, em todas as suas intensidades: IAN (42,7%), IAN LEVE (29,8%), IAN MOD (8,7%) e IAN GRAVE (4,3%).

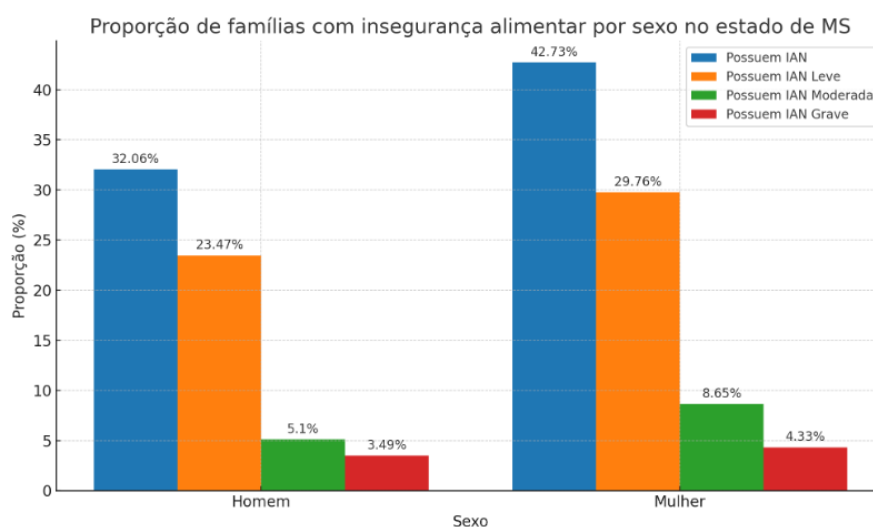


Gráfico 4 – Proporção de famílias com IAN por sexo e grau de insegurança alimentar

Fonte: Elaboração própria

A tabela 1 mostra a incidência de IAN, de acordo com o nível de instrução do chefe da família. Os dados sugerem que a insegurança alimentar diminui à medida que o nível de instrução aumenta. Isso é observado em todas as categorias de insegurança alimentar: geral, leve, moderada e grave.

Quanto à IAN em todos os seus níveis, observa-se que 42,24% das famílias cujo chefe não tem instrução estão na situação de IAN. Já para as famílias cujo chefe tem ensino superior completo, a incidência de IAN cai para 17,57%.

Em relação à proporção de famílias com insegurança alimentar grave no Estado, a incidência é mais significativa entre aqueles com Ensino Fundamental Incompleto (5,31%), e menor entre aqueles com Ensino Superior Completo (0,90%), reforçando a correlação entre nível de instrução e incidência de insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com o nível de instrução do chefe da família no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Sem instrução	42,24%	25,86%	11,21%	5,17%
Ensino Fundamental Incompleto	40,64%	28,02%	7,30%	5,31%
Ensino Fundamental Completo	46,11%	32,93%	8,98%	4,19%
Ensino Médio Incompleto	32,94%	28,24%	4,71%	-
Ensino Médio Completo	30,17%	24,14%	3,74%	2,30%
Ensino Superior Incompleto	31,75%	22,22%	4,76%	4,76%
Ensino Superior Completo	17,57%	13,51%	3,15%	0,90%

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela 2 mostra a incidência de IAN no Estado, de acordo com a ocupação dos chefes da família. Os dados revelam que a maior incidência de IAN se dá entre os chefes que atuam no trabalho doméstico, provavelmente famílias chefiadas por mulheres. Para esse grupo, quase 56% das famílias se encontram na situação de IAN.

O segundo grupo em termos de incidência de IAN é aquele formado por chefes que atuam como conta própria (38,25%), seguidos pelo grupo de empregados privados (36,56%), e o grupo de chefes que está fora da força de trabalho (33,33%).

Conforme aumentam os níveis de IAN, do leve ao grave, a incidência diminui. Todavia, o padrão da ocupação do chefe se repete para os maiores valores.

Tabela 2 – Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com ocupação da pessoa no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Empregado doméstico	55,91%	36,56%	11,83%	7,53%
Empregado privado	36,56%	27,61%	5,58%	3,38%
Militar e empregado do setor público	26,23%	17,49%	5,46%	3,28%
Conta própria	38,25%	28,61%	6,63%	3,01%
Empregador	20,37%	16,67%	1,85%	1,85%
Fora da força de trabalho e outros casos	33,33%	21,90%	6,81%	4,62%

Fonte: Elaborada pela autora

Os dados da Tabela 3 revelam a proporção de famílias com insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul, de acordo com a composição da família. Observa-se que a insegurança alimentar varia significativamente de acordo com a composição familiar, com destaque para as famílias “com um adulto responsável e ao menos uma criança”, que são as famílias mais vulneráveis.

Os dados mostram que, dentre as famílias do MS “com um adulto e ao menos uma criança”, a incidência de IAN é de (56,00%). Para as famílias “com mais de um adulto e ao menos uma criança”, a incidência de IAN reduz para 41,38%, e entre as famílias “com um adulto sem criança” a incidência de IAN é de 35,98%. Destaca-se ainda que, quando calculada a taxa de IAN GRAVE, a maior incidência (8,47%) se dá entre as famílias “com um adulto e sem criança.

Tabela 3- Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com composição familiar da pessoa no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Um adulto sem Criança	35,98%	19,05%	8,47%	8,47%
Um adulto com ao menos uma criança	56,00%	40,00%	14,00%	2,00%
Mais de um adulto sem criança	33,33%	22,63%	6,26%	4,44%
Mais de um adulto com ao menos uma Criança	41,38%	33,00%	5,75%	2,63%
Um ou mais idosos com ou sem crianças	22,75%	14,97%	5,99%	1,80%
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	29,92%	22,13%	4,51	3,28%

Fonte: Elaborada pela autora

Por último, os dados da tabela 4 evidenciam a associação entre renda e insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul. Famílias nos estratos de renda mais baixos enfrentam desafios significativos em garantir segurança alimentar, a incidência de IAN nesses grupos é superior em todos os tipos de IAN. Já as famílias nos estratos de renda mais altos experimentam taxas consideravelmente menores de insegurança alimentar.

Os primeiros décimos, que representam os estratos mais baixos de renda, apresentam as maiores taxas de insegurança alimentar. Por exemplo, o primeiro décil possui uma taxa de insegurança alimentar de 56,41%, enquanto o décil, que representa o estrato mais alto de renda, tem uma taxa significativamente menor de 12,61%. Esses números destacam claramente como a renda influencia diretamente a prevalência da insegurança alimentar, refletindo desafios mais agudos nas camadas de renda mais baixas e uma situação mais favorável nas camadas mais altas.

Tabela 4 - Proporção de família com insegurança alimentar de acordo com o décimo de renda com base nos decís da renda disponível familiar per capita no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Primeiro	56,41%	33,33%	15,38%	7,69%
Segundo	63,64%	36,36%	18,18%	9,09%
Terceiro	56,78%	40,68%	11,86%	4,24%
Quarto	50,43%	39,32%	6,84%	4,27%
Quinto	50,54%	37,10%	6,99%	6,45%
Sexto	38,61%	31,19%	3,96%	3,47%
Sétimo	35,00%	26,25%	5,42%	3,33%
Oitavo	32,58%	22,73%	6,06%	3,79%
Nono	21,58%	14,38%	4,11%	3,08%
Décimo	12,61%	8,70%	3,48%	0,43%

Fonte: Elaborada pela autora

Em suma, a análise da incidência de insegurança alimentar (IAN) no Mato Grosso do Sul revela variações significativas conforme o local de residência, faixa etária, cor ou raça, sexo, nível de instrução, ocupação, composição familiar e renda. A IAN é mais prevalente na área urbana (37,66%) do que na rural (28,46%). Famílias lideradas por jovens até 24 anos (39,34%) e pretos e pardos (39,29%) enfrentam maior insegurança. Mulheres chefes de família (42,7%) e chefes sem instrução (42,24%) apresentam maiores taxas de IAN. Trabalhadores domésticos (55,91%) e famílias com um adulto e ao menos uma criança (56,00%) são os mais afetados. Renda baixa também é um fator crítico, com a maior incidência de IAN (56,41%) entre os mais pobres.

4.2- CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CONSIDERANDO A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA OU INSEGURANÇA ALIMENTAR

A tabela 5 exibe as características da amostra examinada neste estudo, em que foram coletados dados tanto das famílias que possuem segurança alimentar quanto insegurança alimentar no Estado de Mato Grosso do Sul, quanto a dificuldade de fazer o rendimento durar até o final do mês.

Os resultados mostram que, para as famílias em segurança alimentar, apenas 3,19% têm muita dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês. Isso sugere que, mesmo dentro

das famílias com segurança alimentar, existe uma pequena porcentagem que enfrenta dificuldades financeiras graves.

Por outro lado, entre as famílias com insegurança alimentar, a proporção que relata ter muita dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês é consideravelmente maior, 23,4%. Isso indica que as dificuldades financeiras estão mais presentes entre as famílias em situação de insegurança alimentar.

Já para a variável que aponta alguma facilidade para levar as contas até o final do mês, há uma clara disparidade na capacidade das famílias com base na segurança alimentar, visto que, cerca de 21,24% das famílias que estão seguras quanto à alimentação relatam ter alguma facilidade em estender seu rendimento até o final do mês. Por contraste, somente 6,25% das famílias em condição de insegurança alimentar afirmam ter algum nível de facilidade em esticar seu orçamento até o final do mês, com grande parte dessas famílias enfrentando desafios consideráveis para equilibrar suas finanças mensais.

Quando somadas as proporções para qualquer nível de dificuldade apresentada, observa-se que quase 90% das famílias com insegurança alimentar apresentam dificuldade com o orçamento.

Outro número que chama atenção é a proporção de famílias que, apesar de terem segurança alimentar, apresentam alguma dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês: 36,73%.

Tabela 5- Dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês, de acordo com a situação de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) ou Insegurança Alimentar Nutricional (IAN) das famílias no estado de MS

Variável	Famílias com SAN	Famílias com IAN
Proporção de famílias que tem muita dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês	3,19%	23,04%
Proporção de famílias que tem dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês	12,04%	27,04%
Proporção de famílias que tem alguma dificuldade para que o rendimento dure até o final do mês	36,73%	38,46%
Proporção de famílias que tem alguma facilidade para que o rendimento dure até o final do mês	21,24%	6,25%
Proporção de famílias que tem facilidade para que o rendimento dure até o final do mês	21,58%	4,33%
Proporção de famílias que tem muita facilidade para que o rendimento dure até o final do mês	1,24%	0,16%

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6, apresenta os resultados das variáveis relacionadas ao padrão de vida das famílias matrogrossenses do sul, de acordo com a condição de insegurança alimentar.

Ao analisar como as famílias avaliam seu padrão de vida em relação à alimentação, fica evidente uma clara distinção na percepção entre famílias com diferentes condições de segurança alimentar. Para as famílias com segurança alimentar, 74,4% avaliam sua situação como boa, além de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, essas famílias também têm acesso a outros recursos e oportunidades que contribuem para uma avaliação positiva de seu padrão de vida.

Para as famílias com insegurança alimentar, o resultado foi de que apenas 46,3% avaliam sua situação alimentar como boa. As famílias com insegurança alimentar também se avaliam negativamente quanto ao padrão de vida em relação à saúde e ao lazer.

Um resultado que chamou atenção foi a avaliação das famílias em relação à educação: a maioria das famílias, tanto com segurança como com insegurança alimentar, avaliam o padrão de vida em relação à educação como bom, 71,5% e 63,9%, respectivamente.

Tabela 6 – Avaliação do padrão de vida das famílias, de acordo com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar no MS

Variável	Proporção que avalia o padrão de vida como bom		Proporção que avalia o padrão de vida como satisfatório		Proporção que avalia o padrão de vida como ruim	
	SAN	IAN	SAN	IAN	SAN	IAN
Em relação a alimentação	74,4%	46,3%	24,9%	44,7%	0,62%	8,9%
Em relação a moradia	74,0%	54,3%	21,9%	34,1%	3,9%	11,5%
Em relação ao vestuário	71,9%	47,2%	26,1%	42,1%	1,9%	10,5%
Em relação a educação	71,5%	63,9%	21,3%	23,7%	7%	12,3%
Em relação a saúde	57,4%	38,4%	27,9%	30,7%	14,6%	30,7%
Em relação a lazer	52,8%	35,7%	27,3%	29,6%	19,8%	34,6%

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 7 explora os dados detalhados das variáveis relacionadas às condições de moradia, um aspecto essencial para compreender o bem-estar e a qualidade de vida da população estudada. Esta análise detalhada nos permite compreender indicadores de qualidade de vida.

Por outro lado, cerca de 17,95% das famílias em situação de insegurança alimentar percebem as condições de moradia como ruins em relação ao transporte coletivo. Isso indica que uma proporção maior dessas famílias enfrenta dificuldades ou insatisfações com o transporte público em relação à sua moradia.

Em resumo, sinaliza-se que, a insegurança alimentar está correlacionada a uma percepção mais negativa das condições de moradia em relação ao transporte coletivo. Isso destaca questões relacionadas à acessibilidade e qualidade do transporte público, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

**Tabela 7 - Avaliação das condições de moradia das famílias, de acordo com a situação de
Segurança ou Insegurança Alimentar no MS**

Variável	Prop. que avalia as condições de moradia como bom		Prop. que avalia as condições de moradia como satisfatório		Prop. que avalia as condições de moradia como ruim		Prop. que avalia que não tem condições de moradia	
	SAN	IAN	SAN	IAN	SAN	IAN	SAN	IAN
Fornecimento de água	80,18%	73,88%	9,82%	13,78%	3,1%	5,61%	6,9%	6,73%
Energia elétrica	85,22%	80,29%	10,71%	14,42%	3,81%	4,8%	0,27%	0,48%
Iluminação de rua	42,21%	44,07%	18,05%	14,90%	18,05%	25,64%	21,68%	15,38%
Coleta de lixo	68,14%	72,28%	10,27%	10,58%	2,74%	3,53%	18,85%	13,62%
Manutenção de rua	30,88%	28,37%	16,28%	17,15%	21,33%	20,67%	31,5%	33,81%
Escoamento da água da chuva	48,41%	45,35%	11,68%	13,62%	18,23%	21,31%	21,68%	19,71%
Esgotamento sanitário	42,65%	38,3%	7,88%	9,78%	3,63%	5,29%	45,84%	46,63%
Transporte coletivo	26,9%	29,01%	13,63%	13,30%	11,59%	17,95%	47,88%	39,74%

Fonte: Elaboração própria

A tabela 8 oferece uma exploração minuciosa das condições domiciliares, oferecendo uma visão abrangente das diferentes variáveis que compõem as condições de habitação, incluindo aspectos estruturais e de acessibilidade dos domicílios. Ao examinar essas proporções, pode-se identificar padrões, tendências e disparidades que informam sobre as condições de moradia da população estudada.

Como pode se observar, as famílias com insegurança alimentar apresentam resultados piores em todos os itens avaliados. Destaca-se que, para essas famílias, quase 44% avaliam que há pouco espaço, mais de 40% têm telhado com goteira, cerca de 65% têm problemas com mosquitos, 36,22% têm problemas com chão úmido, e quase 35% têm problemas com vandalismo.

Tabela 8 – Avaliação das condições domiciliares das famílias

Variável	Sim		Não	
	SAN	IAN	SAN	IAN
Proporção que avalia que há pouco espaço	21,95%	43,91%	8,05%	56,09%
Pouca iluminação natural	13,45%	29,33%	6,55%	70,67%
Telhado com goteira	22,48%	40,71%	7,52%	59,29%
Paredes ou chão úmidos	18,32%	36,22%	1,68%	63,78%
Janelas e portas deterioradas	12,65%	30,77%	7,35%	69,23%
Problema com mosquitos ou outros insetos	58,41%	64,90%	1,59%	35,10%
Fumaça, barulho, mau cheiro causados pelo trânsito ou indústria	18,14%	29,01%	1,86%	70,99%
Problema em estar localizado próximo ao rio /represa	5,84%	11,86%	4,16%	88,14%
Problema em estar localizado em área sujeita a inundação	3,98%	6,25%	6,02%	93,75%
Problema em estar localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento	0,44%	1,28%	9,56	98,72%
Problema de violência ou vandalismo na sua área de residência	23,98%	34,62%	6,02%	65,38%

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da tabela 9 mostram que, para o indicador que capta a proporção de famílias que enfrentam atrasos no pagamento das contas de água, eletricidade ou gás devido a dificuldades financeiras, 14,51% das famílias com segurança alimentar relatam atrasos no pagamento dessas contas, ou seja, uma parcela relativamente pequena dessas famílias enfrenta dificuldades financeiras significativas a ponto de atrasar o pagamento de serviços básicos, como água, eletricidade ou gás.

Por outro lado, entre as famílias com insegurança alimentar, a proporção é substancialmente maior, cerca de 56%. Isso indica que uma parte significativa dessas famílias enfrenta dificuldades financeiras tão severas que resultam em atrasos no pagamento dessas contas essenciais.

Essa marcante disparidade entre os dois grupos aponta que a insegurança alimentar está correlacionada com uma maior vulnerabilidade financeira e dificuldades para atender às necessidades básicas, como serviços públicos essenciais. Essas famílias podem estar enfrentando

uma série de desafios financeiros, incluindo baixa renda, desemprego ou subemprego, o que torna difícil para elas manterem em dia o pagamento das contas de água, eletricidade ou gás.

Os números também são ruins quando observada a proporção de famílias com insegurança alimentar que atrasa as prestações de bens e serviços adquiridos: a proporção é de 40,06% para essas famílias mais vulneráveis, contra 17,63% para as famílias com segurança alimentar.

Tabela 9 - Avaliação da condição econômica das famílias, de acordo com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar no MS

Variável	Quando há atraso no pagamento das contas por dificuldade financeira		Quando não há atraso no pagamento das contas por dificuldade financeira	
	SAN	IAN	SAN	IAN
Aluguel ou prestação da casa/apartamento	18,94%	17,63%	78,58%	51,28%
Água, eletricidade ou gás	14,51%	56,41%	85,13%	41,67%
Prestação de bens ou serviços adquiridos	17,63%	40,06%	51,28%	58,81%

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 10 traça um panorama das famílias com Insegurança Alimentar, em relação às condições econômicas e a alimentação dessas famílias. Neste contexto, identifica-se padrões significativos que informam sobre a insegurança alimentar e os desafios econômicos enfrentados. Essa abordagem é fundamental para direcionar estratégias eficazes de intervenção que visam promover uma alimentação saudável e reduzir a insegurança alimentar em contextos socioeconômicos vulneráveis.

Dentre os números que mais chamaram a atenção, destaca-se que 74,52% das famílias com insegurança alimentar responderam que têm a preocupação de que os alimentos acabem antes de poderem comprar ou receber mais comida. Observa-se também que 71,47% responderam que os moradores desse domicílio enfrentaram dificuldades financeiras que os impediram de ter uma alimentação saudável e variada, não possuindo recursos financeiros suficientes para comprar alimentos que fossem tanto saudáveis quanto variados.

Essa alta proporção revela uma preocupante situação de insegurança alimentar, falta de recursos financeiros pode ter impedido essas pessoas de obter uma nutrição adequada e diversificada, o que pode ter consequências negativas para sua saúde e bem-estar.

Em um outro questionamento, observa-se que 64,42% dos moradores desse domicílio enfrentaram uma situação em que só puderam consumir alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham disponíveis, devido ao fato de terem ficado sem dinheiro. A falta de recursos financeiros foi tão severa a ponto de limitar drasticamente a variedade e a quantidade de alimentos disponíveis para essa família. Essa proporção revela uma situação significativa de insegurança alimentar, onde a escassez de recursos financeiros afetou diretamente a capacidade dos moradores de adquirir uma alimentação adequada.

Tabela 10 - Avaliação da condição alimentar das famílias com Insegurança Alimentar no MS

Variável	SIM	NÃO
Preocupação de que os alimentos acabassemantes de poderem comprar ou receber mais comida	74,52%	25,48%
Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida	37,66%	62,34%
Os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável evariada	71,47%	28,53%
Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou	64,2%	35,58%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez deixou de fazer algumas refeiçõesporque não havia dinheiro para comprar comida	15,09%	84,91%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprarcomida	23,43%	76,57%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida	12,36%	87,64%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ouficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida	10,75%	89,25%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida	35,14%	64,86%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida	15,62%	84,38%
Alguma vez foi diminuída a quantidade de alimentos nas refeições de algum morador de 18 anos ou maior de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida	16,52%	83,48%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, alguma vez, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida	11,71%	88,29%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida	7,81%	92,19%
Algum morador de 18 anos ou maior de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou semcomer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida	5,11%	94,89%

Fonte: Elaboração própria

4.3 - CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A Tabela 11 apresenta a distribuição das famílias que apresentam algum nível de insegurança alimentar, de acordo com o local de residência. Como pode ser observado, a maioria das famílias que tem IAN (81,89%) vive na área urbana. Quando consideradas somente as famílias com IAN LEVE, 80,58% delas vivem na área urbana, já entre as famílias com IAN GRAVE, a proporção é de 89,39%.

Tabela 11 – Condição de domicílio das famílias com insegurança alimentar em MS

Variáveis	Domicílios com IAN	Domicílios com IAN Leve	Domicílios com IAN Moderada	Domicílios com IAN Grave
Urbano	81,89%	80,58%	82,73%	89,39%
Rural	18,11%	19,42%	12,27%	10,61%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 12 apresenta a distribuição das famílias de MS com insegurança alimentar, de acordo com a faixa etária do chefe da família. Conforme os dados da POF, 4,97% das famílias cujo chefe tem até 24 anos possuem algum nível de insegurança alimentar (IAN). Para a faixa etária de 25 a 49 anos, essa proporção é de 52,88%. Entre os chefes de família com idade entre 50 e 64 anos, 27,72% enfrentam IAN, e entre aqueles com 65 anos ou mais, a proporção é de 14,42%.

Pode-se observar, para todos os níveis de IAN, que a insegurança alimentar está mais presente nas famílias cujo chefe está na faixa etária de 25 a 49 anos, representando mais da metade das famílias com IAN. Isso pode estar relacionado ao fato de que esta faixa etária frequentemente inclui chefes de família que estão em idade produtiva, possivelmente com maiores responsabilidades financeiras e famílias.

No entanto, vale ressaltar que, ainda que em menor proporção, famílias com chefes mais jovens (até 24 anos) e mais velhos (65 anos ou mais) também enfrentam insegurança alimentar. presença de IAN em famílias com chefes mais jovens pode refletir desafios como instabilidade no mercado de trabalho e menores rendimentos, enquanto nas famílias com chefes mais velhos, pode indicar questões relacionadas à aposentadoria e à insuficiência de benefícios sociais.

Tabela 12 – Famílias com insegurança alimentar de acordo com a faixa etária do chefe da família no MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Até 24 anos	4,97%	5,13%	4,55%	4,55%
25 a 49 anos	52,88%	55,36%	49,09%	42,42%
50 a 64 anos	27,72%	25,89%	30,00%	36,36%
65 anos ou mais	14,42%	13,62%	16,36%	16,67%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela 13 apresenta os dados relacionados às disparidades raciais na insegurança alimentar.

Nota-se que, em sua maioria, as famílias com IAN têm chefes pretos ou pardos. Considerando as famílias com qualquer intensidade de IAN, 63,46% têm chefes pretos ou pardos. E a representação desse grupo é ainda maior quando consideradas somente as famílias que apresentam IAN GRAVE: quase setenta por cento das famílias com o nível mais intenso de IAN têm chefes pretos ou pardos.

Observa-se também que, entre as famílias que enfrentam insegurança alimentar (IAN), um terço delas tem o chefe de cor branca. Para as demais intensidades de IAN, a proporção de brancos é: 36,83% (IAN LEVE), 28,18% (IAN MOD), 22,73% (IAN GRAVE).

Tabela 13 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com a cor ou raça do chefe da família no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN Leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Branco	33,81%	36,83%	28,18%	22,73%
Pretos e Pardos	63,46%	61,16%	69,09%	69,70%
Outros	2,72%	2,01%	2,73%	7,58%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora

A tabela 14, a seguir, mostra a distribuição das famílias com IAN de acordo com o sexo do chefe da família. Observa-se que uma maior proporção de famílias com IAN é chefiadas por homens (60,42%). E isso vale para todos os níveis de IAN. Destaca-se que, para as famílias com IAN MODERADA, a proporção de famílias que é chefiada por homens é um pouco inferior aos demais resultados (54,55%).

Tabela 14 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com o sexo do chefe da família no Estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Homem	60,42%	61,61%	54,55%	62,12%
Mulher	39,58%	38,39%	45,45%	37,88%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 15, a seguir, apresenta a distribuição das famílias de MS com insegurança alimentar, de acordo com o nível de instrução do chefe da família. Conforme mostra a tabela, a insegurança alimentar é mais prevalente entre aqueles com menor nível de instrução. A maioria dos chefes das famílias com IAN tem Ensino Fundamental Incompleto (49%), e isso vale para todo os níveis de IAN, chegando a 60% quando consideradas as famílias com IAN GRAVE.

A medida que o nível educacional aumenta, há uma tendência de redução na proporção de famílias com insegurança alimentar. No entanto, mesmo entre os com Ensino Superior Completo, ainda há uma proporção de 6,24% das famílias enfrentando IAN

Tabela 15 - Famílias com insegurança alimentar de acordo com o nível de instrução do chefe da família no Estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Sem instrução	7,85%	6,70%	11,82%	9,09%
Ensino Fundamental Incompleto	49,04%	47,10%	50,00%	60,61%
Ensino Fundamental Completo	12,34%	12,28%	13,64%	10,61%
Ensino Médio Incompleto	4,49%	5,36%	3,64%	-
Ensino Médio Completo	3,21%	3,13%	2,73%	4,55%
Ensino Superior Incompleto	6,25%	6,70%	6,36%	3,03%
Ensino Superior Completo	6,24%	6,70%	6,36%	3,03%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Os dados da Tabela 16 apresentam a distribuição das famílias com IAN, de acordo com a ocupação do chefe da família. Pode-se observar que a maioria dos chefes de família com IAN são empregados privados (39,90%), seguidos pelos que estão fora da força de trabalho (21,96%), e por conta própria (20,35%).

A distribuição é semelhante ao se considerar os demais níveis de IAN. Entre os chefes de família com IAN GRAVE, a maioria é empregado privado (34,85%), seguidos pelos que estão fora da força de trabalho (28,79%), e por conta própria (15,15%).

Tabela 16 – Famílias com insegurança alimentar de acordo com a ocupação do chefe da família no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Empregado Doméstico	8,33%	7,59%	10,00%	10,61%
Empregado privado	39,90%	41,46%	34,55%	34,85%
Militar e empregado do setor público	7,69%	7,14%	9,09%	9,09%
Conta própria	20,35%	21,21%	20,00%	15,15%
Empregador	1,76%	2,01%	0,91%	1,52%
Fora da força de trabalho e outros casos	21,96%	20,09%	25,45%	28,79%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Os dados da Tabela 17 destacam a distribuição das famílias com IAN de acordo com a composição familiar. Ao considerar todas as famílias com IAN no Estado de Mato Grosso do Sul, observa-se que estas, em sua maioria, são formadas por famílias “com mais de um adulto e ao menos uma criança” (40,38% das famílias), seguidos pelas famílias “com um adulto sem criança” (26,44% das famílias).

Chama a atenção, ao se considerar apenas as famílias com IAN GRAVE, à proporção que é formada “por um adulto sem criança”: 24,24% das famílias apresentam essa composição.

Tabela 17 – Famílias com insegurança alimentar de acordo com a composição família no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Um adulto sem criança	10,90%	8,04%	14,55%	24,24%
Um adulto com ao menos uma criança	4,49%	4,46%	6,36%	1,52%
Mais de um a adulto sem criança	26,44%	25,00%	28,18%	33,33%
Um ou mais idosos com ou sem crianças	40,38%	44,87%	31,82%	24,24%
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	6,09%	5,58%	9,09%	4,55%
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	11,70%	12,05%	10,00%	12,12%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Por fim, a tabela 18 mostra a distribuição das famílias com IAN de acordo com os decis de renda familiar como pode se observar, em todos os grupos de renda há famílias que têm IAN: as proporções de famílias são menores no primeiro e no último decil.

Os índices mais elevados são observados no quinto decil, mostrando que a proporção de famílias no grupo que apresenta IAN é de 15,06%, no grupo que apresenta IAN LEVE é de 15,40%, IAN MOD é de 11,82%, e a proporção de famílias com IAN GRAVE no quinto decil de renda é de 18,18%.

Tabela 18 – Famílias com insegurança alimentar de acordo com os decis da renda familiar per capita no estado de MS

Variáveis	Possuem IAN	Possuem IAN leve	Possuem IAN Moderada	Possuem IAN Grave
Primeiro	3,53%	2,90%	5,45%	4,55%
Segundo	6,73%	5,36%	10,91%	9,09%
Terceiro	10,74%	10,71%	12,73%	7,58%
Quarto	9,46%	10,27%	7,27%	7,58%
Quinto	15,06%	15,40%	11,82%	18,18%
Sexto	12,50%	14,06%	7,27%	10,61%
Sétimo	13,46%	14,06%	11,82%	12,12%
Oitavo	13,78%	13,39%	14,55%	15,15%
Nono	10,10%	9,38%	10,91%	13,64%
Décimo	4,65%	4,46%	7,27%	1,52%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Em suma, o estudo revela uma associação entre insegurança alimentar e dificuldades financeiras graves entre famílias no Mato Grosso do Sul. Famílias com insegurança alimentar enfrentam maiores desafios para que o rendimento dure até o final do mês (23,4% relatam muita dificuldade) e apresentam uma percepção negativa sobre seu padrão de vida em relação à alimentação, saúde e lazer.

Além disso, enfrentam problemas com condições de moradia, incluindo falta de espaço, iluminação inadequada e telhados com goteira. A insegurança alimentar também está associada a atrasos no pagamento de contas essenciais, como água, eletricidade e gás (56,41% das famílias com insegurança alimentar).

A maioria das famílias com insegurança alimentar reside em áreas urbanas (81,89%) e são chefiadas por indivíduos entre 25 e 49 anos (52,88%), predominantemente pretos ou pardos (63,46%), e homens (60,42%). Além disso, a insegurança alimentar é mais prevalente entre aqueles com menor nível de instrução, especialmente com Ensino Fundamental Incompleto (49%). Esses resultados destacam a vulnerabilidade financeira e social das famílias com insegurança alimentar e a necessidade de políticas públicas voltadas para essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse estudo foi explorar as características dos indivíduos do estado de Mato Grosso do Sul que se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar.

Os principais resultados da análise da incidência de insegurança alimentar no Mato Grosso do Sul revelam uma situação alarmante, com disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais, e entre diferentes grupos demográficos e socioeconômicos. A prevalência mais alta de insegurança alimentar na área urbana, atingindo 37,66%, em comparação com 28,46% na área rural, destaca um cenário onde a densidade populacional e condições socioeconômicas desempenham papéis críticos. Grupos particularmente vulneráveis incluem jovens chefes de família, pessoas pretas e pardas, mulheres chefes de família sem instrução formal, trabalhadores domésticos, e famílias monoparentais com crianças, todos enfrentando taxas de insegurança alimentar significativamente elevadas.

Nas áreas urbanas, a taxa de insegurança alimentar é alarmantemente alta, afetando principalmente famílias chefiadas por jovens, mulheres sem instrução formal, trabalhadores domésticos e aquelas com crianças. Essa realidade reflete não apenas desafios econômicos, mas também condições de moradia precárias e dificuldades no pagamento de contas básicas, como água e eletricidade. A predominância de pessoas pretas e pardas entre os mais afetados sublinha a interseccionalidade de fatores como raça e renda na determinação da insegurança alimentar.

Além das implicações diretas na nutrição e saúde das famílias, a insegurança alimentar está intimamente ligada a uma percepção negativa sobre a qualidade de vida, incluindo acesso limitado a lazer e serviços de saúde adequados. A incidência mais alta entre grupos com menor nível educacional sublinha a importância de abordagens educativas e de capacitação para promover uma maior resiliência econômica e alimentar. As condições adversas de moradia também são um fator crítico, exacerbando os desafios enfrentados por famílias já vulneráveis.

Políticas públicas que não apenas garantam o acesso a alimentos, mas também abordem as desigualdades estruturais que perpetuam a insegurança alimentar podem ajudar a contornar os problemas identificados. Investimentos em educação, programas de assistência social e oportunidades de emprego podem ajudar a melhorar as condições de vida das famílias mais afetadas.

Este estudo adota uma abordagem descritiva para examinar a insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul, utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE dos anos 2017-2018. Embora a POF forneça uma ampla gama de informações sobre consumo, gastos e rendimentos das famílias, suas limitações incluem a representatividade temporal

limitada e desafios potenciais na captura de variações regionais específicas. A generalização dos resultados para toda a população do estado também precisa considerar a diversidade geográfica e demográfica de Mato Grosso do Sul, aspectos que podem não ser totalmente abrangidos pela amostra da pesquisa.

Além disso, é importante destacar que definir e medir a insegurança alimentar é complexo e pode ser interpretado de maneiras diferentes. Por isso, ao interpretar os dados, é essencial ter cuidado e reconhecer as limitações dos métodos usados. É recomendável usar técnicas estatísticas adequadas para entender melhor as condições sociais e econômicas das famílias que enfrentam dificuldades alimentares em Mato Grosso do Sul.

Para estudos futuros, recomenda-se avançar na pesquisa através de análises econômicas mais detalhadas. Seria benéfico realizar estudos de longo prazo para monitorar as mudanças ao longo do tempo e compreender o impacto das condições socioeconômicas na segurança alimentar das famílias. Além disso, análises que combinem métodos qualitativos e quantitativos podem oferecer resultados mais profundos sobre como as famílias percebem e lidam com a insegurança alimentar, assim como utilizar de análises de regressão para quantificação e relação entre as variáveis. Avaliar a eficácia de intervenções e políticas públicas específicas para reduzir a insegurança alimentar também seria relevante, assim como comparar diferentes regiões dentro do estado para entender melhor as disparidades e seus fatores socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, P. **Inflação de alimentos e insegurança alimentar no Brasil**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2023/06/15/inflacao-de-alimentos-e-inseguranca-alimentar-no-brasil>. Acesso em: jul. 2023.

ADAMI, A. **Segurança alimentar e o papel do Brasil na oferta mundial de alimentos**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/seguranca-alimentar-e-o-papel-do-brasil-na-oferta-mundial-de-alimentos.aspx>. Acesso em: jul. 2023.

ARARACTY E SILVA, M. L. **Inflação dos alimentos e insegurança alimentar**. Disponível em: <https://portalunico.com/inflacao-dos-alimentos-e-a-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: jul. 2023.

BEZERRA, Mariana Silva, et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, 2020, p. 3833-3846.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Segurança Alimentar no Brasil: um retrato multidimensional**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.

CORREIO DO ESTADO. Insegurança alimentar atinge 65% da população de MS. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/ms-e-o-5-estado-com-menor-indice-de-pessoas-passando-fome/404890/>. Acesso em: out. 2023.

DW. **Mais de 61 milhões vivem insegurança alimentar no Brasil, aponta ONU**. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mais-de-61-milh%C3%B5es-vivem-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-brasil-aponta-onu/a-62388788>. Acesso em: out. 2023.

FADUL, Élvia; SILVA, Lindomar Pinto da; CERQUEIRA, Lucas Santos. **Análise do campo da administração pública através da produção científica publicada nos anais dos ENAPGs**. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 59, 2011.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The state of food insecurity in the world 2012**. Roma: FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Food wastage footprint: Impacts on natural resources**. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3347e/i3347e.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

FÁVARO, Thatiana, et al. **Segurança alimentar em famílias indígenas Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 4, 2007, p. 785-793.

FIETZ, Vivian Rahmeier; SALAY, Elisabete; WATANABE, Elaine Aparecida Mye Takamatu. **Condições socioeconômicas, demográficas e estado nutricional de adultos e idosos**

moradores em assentamento rural em Mato Grosso do Sul, MS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 17, n. 1, 2010, p. 73-82.

GUIA Agenda 2030: **Integrando ODS, educação e sociedade**. São Paulo: Lucas Fúrio Melara, Raquel Cabral, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202818>.

HOFFMANN, Rodolfo; JESUS, Josimar Gonçalves de. **Pobreza no Brasil, 2012-2022**. *RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 5, 2023, p. e023010-e023010.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 6, n. 2, 2007, p. 335-353.

KRAVUTSCHKE, Aline Czezacki. **Pequenos agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125880-pequenos-agricultores-familiares-produzem-mais-de-um-terco-dos-alimentos-no-mundo>. Acesso em: jun. 2023.

INSTITUTO UNIBANCO. **Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil**. Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20\(Pesquisa](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20(Pesquisa). Acesso em: out. 2023.

LOPES, Érica Valente; MATIAS, João Luís Nogueira. **As más escolhas alimentares como impedimento à efetivação do direito humano à alimentação adequada**. *Revista de Informação Legislativa*, v. 59, n. 236, 2022, p. 95-117.

NASCIMENTO, BBV; BARBOSA, Larissa Silva. **Fatores sociodemográficos e nutricionais como determinantes da Insegurança Alimentar e nutricional em crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão de literatura**. *Health Sci Inst*, v. 39, n. 3, 2021, p. 205-210.

OLIVEIRA, Leidy Diana de Souza de. **"Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais: modelagem de equações estruturais."** (2010).

ONU BRASIL. **Pequenos agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125880-pequenos-agricultores-familiares-produzem-mais-de-um-terco-dos-alimentos-no-mundo>. Acesso em: jun. 2023.

PONTES, Raquel Pereira, et al. **Quem passa fome no Brasil? Uma análise regional dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros**. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 12, n. 2, 2018, p. 225-241.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: out. 2023.

PEQUENOS agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/125880-pequenos-agricultores-familiares-produzem-mais-de-um-terco-dos-alimentos-no-mundo>. Acesso em: jun. 2023.

SOFI 2021: Relatório da ONU destaca os impactos da pandemia no aumento da fome no mundo - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/12-7-2021-sofi-2021-relatorio-da-onu-destaca-os-impactos-da-pandemia-no-aumento-da-fome-no>.

TOMAZ, Nicolas Cáiron. Uma análise empírica sobre os determinantes da insegurança alimentar no Brasil 2004-2013. 2017.

TORRADO, Caroline Gomes, et al. Evolução da pobreza e insegurança alimentar no Brasil. 2022.

